NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: O PLURALISMO JURÍDICO E A PERSPECTIVA INTERCULTURAL DOS DIREITOS HUMANOS

NUEVO CONSTITUCIONALISMO HISPANIC: PLURALISMO JURÍDICO Y PERSPECTIVA INTERCULTURAL DE LOS DERECHOS HUMANOS

Deisemara Turatti Langoski¹

Helenice da Aparecida Dambrós Braun²

Resumo: A proposta desse artigo é abordar a respeito do movimento insurgente na América Latina denominado de novo constitucionalismo latino-americano ou constitucionalismo andino, que começa a surgir nos países latino-americanos, em razão das mudanças políticas e dos novos processos constituintes com suas caracterizações. Analisam-se as características preponderantes desse movimento, com destaque ao pluralismo jurídico, elemento que reconhece a importância da diversidade e da emancipação, ancorado nas experiências multiculturais e interétnicas dos direitos humanos e da cidadania enquanto política de acesso universal à Justiça numa perspectiva intercultural a fim de concretizar a autonomia e a emancipação do sujeito na sociedade. Aborda-se sobre a experiência de alguns países da América Latina que passaram por processos constituintes nos últimos anos, já que o estudo de suas Constituições merece atenção por parte dos atores do direito, considerando-se que o novo constitucionalismo latino-americano caracteriza-se como fruto de reivindicações sociais.

Palavras-chaves: Novo constitucionalismo latino-americano; pluralismo e interculturalidade; direitos humanos.

Resumen: El propósito de este trabajo es discutir sobre el movimiento insurgente en América Latina llamado nuevo constitucionalismo o constitucionalismo andino hispano, que está surgiendo en los países de América Latina, debido a los cambios políticos y nuevos procesos constituyentes con sus caracterizaciones. Analizamos las características predominantes de este movimiento, con énfasis en el elemento de pluralismo jurídico que reconozca la importancia de la diversidad y la autonomía, anclado en experiencias multiculturales e interétnicas de los derechos humanos y la ciudadanía como una política de acceso universal a la justicia en perspectiva intercultural con el fin para lograr la autonomía y la emancipación del individuo en la sociedad. Se discute acerca de la experiencia de algunos países de América Latina que han pasado por procesos constitucionales en los últimos años, como el estudio de sus Constituciones merece atención por parte de los actores adecuados, teniendo en cuenta que el nuevo constitucionalismo latinoamericano se caracteriza como resultado de las demandas sociales.

Palabras-clave: Nuevo constitucionalismo latinoamericano; el pluralismo y la interculturalidad; los derechos humanos.

1 INTRODUÇÃO

1 Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2 Mestre e doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora do Curso de Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Chapecó (SC).

As Constituições dos países latino-americanos, historicamente, consagram apenas a igualdade formal perante a lei, independência dos poderes e outros aspectos, sendo que, na realidade, as instituições jurídicas são fortemente delineadas por controle centralizado e burocrático do poder oficial, isto é, predomina a exclusão, sistema representativo clientelista e elitista, com total desconsideração dos movimentos populares e camponeses.

Nesse contexto histórico poucas vezes as Constituições liberais e a doutrina clássica do constitucionalismo político refletiram as necessidades das esferas sociais majoritárias, a exemplo das nações indígenas, as populações afro-americanas, as populações camponesas agrárias e os diferentes movimentos urbanos. O que se verifica é que raramente essas camadas sociais foram ouvidas e tiveram voz na elaboração de uma Constituição.

O constitucionalismo moderno tradicional de modelo liberal-estatista não satisfaz os anseios das populações. O modelo presente nas Constituições liberais não se sustenta mais, tendo em vista a necessidade de mudança frente aos anseios emergenciais das populações latino-americanas. Ganha espaço a proposta do constitucionalismo insurgente ou constitucionalismo andino, que começa a surgir nos países latino-americanos, em razão das mudanças políticas e dos novos processos constituintes com suas caracterizações. As mudanças constitucionais nos Estados latino-americanos são constituídas por processos constituintes com participação efetiva dos povos. As primeiras mudanças ocorridas na América Latina foram a Constituição Brasileira de 1988 e Constituição Colombiana de 1991, sendo seguidas pela Constituição Venezuelana de 1999, com o conhecido constitucionalismo popular e participativo e, por último, a Constituição Equatoriana e Boliviana, de 2008 e 2009. Esses textos representam um constitucionalismo plurinacional comunitário, com base nas experiências de sociedades interculturais (indígenas, comunais, urbanas e camponesas) e práticas de pluralismo igualitário.

A experiência de alguns países da América Latina que passaram por processos constituintes nos últimos anos merece atenção e estudo por parte dos atores do direito, já que o novo constitucionalismo latino-americano caracteriza-se como fruto de reivindicações sociais.

Este texto destina-se a analisar o movimento denominado de novo constitucionalismo latino-americano, suas características preponderantes, com destaque ao Pluralismo Jurídico, com o seu aspecto dinâmico que reconhece a importância da diversidade e da emancipação, ancorado nas experiências multiculturais e interétnicas dos direitos humanos e da cidadania enquanto política de acesso universal à Justiça numa perspectiva intercultural a fim de concretizar a autonomia e a emancipação do sujeito na sociedade.

2 O MOVIMENTO DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO

Historicamente o processo de constitucionalização dos Estados latino-americanos teve forte influência europeia, com aporte nas Declarações dos Direitos anglo-francesas, pelas constituições liberais burguesas dos Estados Unidos (1887) e da França (1791 e 1793) e pela Constituição Espanhola de Cádiz (1812). Na América Latina, a cultura jurídica e suas instituições jurídicas (tribunais, códigos e constituições) também advêm da cultura europeia.

A partir desse modelo a juridicidade moderna com um viés liberal se reflete diretamente sobre as estruturas institucionais dependentes e que repetem os interesses coloniais das metrópoles.

O interesse pelo constitucionalismo e o papel das Constituições para o avanço das sociedades aumentou em muitos países da América Latina, em paralelo ao incremento da consciência de exploração dos seus cidadãos e diante da evidência da falta de identidade entre interesses dos representantes políticos e os representados.

Para uma abordagem sobre os modelos constitucionais é necessário observar a concepção de Constituição:

A constituição em si não só disciplina e limita o exercício do poder institucional, como também busca compor as bases de uma dada organização social e cultural, reconhecendo e garantindo os direitos conquistados de seus cidadãos, materializando o quadro real das forças sociais hegemônicas e das forças não dominantes. (WOLKMER; FAGUNDES, 2011, p. 373).

O constitucionalismo apresenta-se a partir de três modelos concebidos com base na sequência afirmativa democrática e política, voltada aos interesses sociais, mas teoricamente, com quebras de perspectivas que os diferenciam entre si, resultam em autenticidade e particularidade dado ao contexto político e social no qual se inserem, são os momentos chamados de Neoconstitucionalismo – Novo Constitucionalismo – Novo Constitucionalismo Latino-Americano.

O neoconstitucionalismo apresenta-se como uma teoria de Direito e não uma teoria da Constituição, pois trata dos aspectos construtivos do Estado, mas também normas de proteção e rigidez constitucional. Esse modelo explica o conjunto de textos constitucionais que surgem a partir da década de setenta. São Constituições que não se limitam a estabelecer competências e a separar os poderes públicos, porém, contém altos níveis de normas materiais substantivas que condicionam a atuação do Estado por meio da ordenação de certos fins e

objetivos, a exemplo a Constituição brasileira de 1988 e a Constituição espanhola de 1978. O Neoconstitucionalismo deste ponto de vista é uma teoria do Direito e não propriamente, uma teoria da Constituição. Há que observar que a rigidez constitucional e as garantias frente ao Estado estão ligadas aos fatos políticos que antecederam estas Constituições, com o objetivo de recuperar a centralidade da Constituição em seu ordenamento jurídico e fortalecer sua presença determinadora no seu desenvolvimento e interpretação da mesma.

O novo constitucionalismo tem como preocupação primordial a legitimidade popular, a construção democrática e participativa, o envolvimento e comprometimento com as demandas sociais que impulsionaram os novos textos constitucionais e a redimensão jurídica em favor das populações historicamente relegadas nas necessidades fundamentais, fatores que fizeram surgir o movimento chamado de “novo constitucionalismo latino-americano”.

No século XXI, os países da América Latina, em especial, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela são expoentes na era denominada de constitucionalismo, emergentes da nova visão do direito constitucional. Aspecto marcante do novo constitucionalismo latino-americano é o protagonismo popular antes e depois do processo constituinte, com base na mobilização popular para a formação do poder constituinte permanente, o que o diferencia do constitucionalismo tradicional em que o poder constituído se distancia da participação do povo.

O atual quadro social de exigibilidade da concretização de políticas eficazes em torno das necessidades fundamentais é a linha mestra que movimenta essas novas Constituições. O movimento do constitucionalismo latino-americano pretende (re)fundar as instituições políticas e jurídicas com ideias adversas ao modelo liberal-individualista de matriz eurocêntrica, atomizado em singularidades. Esse constitucionalismo tem como aporte a riqueza cultural diversificada, observadas as tradições das comunidades, superação do modelo de política exclusivista, o qual esta a serviço das elites dominantes e do capital estrangeiro. (DALMAU, 2009)

Esse novo modelo parte do pressuposto que a Constituição deve ter como pilar a participação popular, a qual fundamenta a sua legitimidade, isto é, a proposta de Constituição deve ser elaborada por uma Assembleia Constituinte eleita com a tarefa de receber propostas e inserí-las no texto constitucional. A função da Assembleia Constituinte é fundamental, pois deve se manifestar e regular as principais funções do Estado: “a melhor distribuição da riqueza, a busca por igualdade de oportunidades, a integração das classes marginalizadas. Em suma, uma Constituição que busque o ‘Sumak Kamaña’ ou o ‘Sumak Kawsay’, como dizem

as Constituições boliviana e equatoriana: o ‘viver bem’ (em quéchua) da população.” (DALMAU, 2009).

Devido a essa nova visão, o novo constitucionalismo latino-americano é chamado de constitucionalismo ‘sem pais’. Pois somente o povo pode ser considerado o criador de uma Constituição, por meio dos mecanismos participativos e que legitima os processos constituintes.

Para Wolkmer; Fagundes (2011, p. 378),

Constitucionalismo ‘novo’, ‘emancipatório’ ou ‘transformador’ que está correndo majoritariamente nos países andinos, o qual tem sido a mais recente faceta no estudo do direito constitucional, mexendo nas esferas de poder político e na ordem do Estado de Direito, passando a inovar em diversos aspectos, fatos diferenciado para cultura constitucional nas suas várias etapas históricas.

Constata-se que esse novo paradigma latino-americano apresenta questões que rompem com os velhos modelos políticos do direito e também do direito constitucional, ou seja, o Estado Plurinacional, o Pluralismo Jurídico, a Interculturalidade, a Cidadania emergente são bases para a compreensão desse movimento político-jurídico nos países latino-americanos e sobre estes elementos faz-se algumas considerações.

2.1 Estado plurinacional

Estado plurinacional, entendido como alguns tipos de Estado que expressam a idéia plurinacional, isto é, posições do Estado enquanto conceito histórico para o contexto deste continente, com a finalidade de iniciar o processo de transformação e superação das crises dos modelos estatais modernos, uma leitura crítica da sua formação e operacionalização em “Nuestra América”.³

Historicamente o Estado latino-americano se formou a partir da concepção de Estado Nacional que correspondia aos interesses de um segmento da sociedade denominado de Crioulos ou Criollos, que possuía grandes propriedades e herdeiros das famílias de colonizadores europeus. Este modelo de Estado criado para atender este segmento da população, minoritário, mas com grande poder econômico, deixou de lado as aspirações

³ “O Estado plurinacional e intercultural marca um passo a mais nesse processo. Como o Estado social e o Estado federal, descentralizado ou integrado, o Estado plurinacional e intercultural não implica necessariamente na secessão, mas sim em sua transformação estrutural. O constitucionalismo plurinacional só pode ser profundamente intercultural, uma vez que a ele corresponde constituir-se no âmbito de relação igual e respeitosa de distintos povos e culturas, a fim de manter as diferenças legítimas, e eliminar ou, ao menos, diminuir as ilegítimas, mantendo a unidade como garantia da diversidade” (GRIJALVA, 2009, p.118).

populares que foram marginalizadas do poder. Esse processo de formação teve grande influência europeia de unificação política e jurídica (no continente europeu refere-se à burguesia e na região às elites proprietárias de terras).

Atualmente o ponto comum é a convergência e a articulação de inúmeras culturas e o respeito às diferenças em vez de igualdade em homogeneidades abstratas e redução de complexidades. Constrói-se a partir de baixo o respeito à condição cultural diferente, fundar um Estado com base no reconhecimento e que se firma na diversidade de culturas por meio do diálogo, como enfatizam Wolkmer; Fagundes (2011, p. 393):

No processo de refundação plurinacional do Estado, vale ter presente a condição de pluriculturalidade existente, negada e encoberta pelo processo de colonização, forjada no seio dos interesses patrimoniais das elites dirigentes, em que a fundamentação violenta reformulava-se no tempo para seguir hegemônica.

A complexidade das relações sociais deve conduzir para a racionalidade emancipatória ou de libertação, com base na crítica e no movimento de construção de nova realidade edificada por aqueles que sempre tiveram os espaços do poder e decisão negados.

Mas a questão que se coloca, neste aspecto, é de como realizar a emancipação? Os movimentos pela refundação do Estado latino-americano aparecem a partir da exigência histórica por espaço democrático, deixam de lado a posição de sujeitos passivos na relação social com os poderes instituídos. Converter-se o modelo colonial de nação em instância emancipatória, romper os laços e as práticas exclusivistas das concepções liberal-individualista que mantinham as mesmas nações no ‘cabresto’ político-jurídico monista, esse é o caminho.

Nesse contexto é de vital importância o papel do diálogo e da interculturalidade como os principais instrumentos desse processo. Não pode haver a sobreposição de culturas, mas sim o diálogo humanitário, em que esteja presente o empoderamento popular e o reconhecimento das diversidades culturais que compõem o espaço político-jurídico do Estado.

2.2 Pluralismo jurídico

Outro referencial importante é o pluralismo jurídico. O pluralismo jurídico tem origem na Idade Média, caracterizava-se como a pré-centralização dos poderes político e jurídico nas mãos do Estado moderno que estava surgindo na época. Nos últimos tempos essa temática reacende em razão das crises epistemológicas do direito e da justiça que não

respondem mais as expectativas da população, “fazendo emergir o velho pluralismo jurídico adormecido no encobrimento das culturas autóctones ameríndias latino americanas” (WOLKMER; FAGUNDES, 2011, p. 397).

O modelo que se propõe, conforme Wolkmer; Fagundes (2011, p. 399) é o pluralismo jurídico do tipo comunitário participativo, direcionado às necessidades emancipatórias dos povos. Elenca como características do pluralismo jurídico: a) legitimação de novos sujeitos sociais; b) fundamentação na justa satisfação das necessidades humanas; c) democratização e descentralização de um espaço público participativo; d) defesa pedagógica em favor da ética da alteridade; e) consolidação de processos conducentes a uma racionalidade emancipatória.

Essas características explicam-se a partir da legitimação dos novos sujeitos sociais em face da noção do sujeito coisificado, abstrato, privado e metafísico do liberalismo moderno, da exigência de políticas que atendam as necessidades fundamentais do ser humano, bens materiais e imateriais que auxiliem à sobrevivência, bem como a ética antropológica da fraternidade comprometida com a dignidade do outro.

O pluralismo jurídico possui como princípios valorativos a autonomia, que designa o poder intrínseco aos vários grupos, criado independente do poder central; a descentralização há o deslocamento do poder central decisório para esferas locais e fragmentárias; participação dos grupos no processo de decisão, principalmente dos grupos minoritários; o localismo, o poder local assume relevância diante do poder central; diversidade, privilégio que se dá à diferença e não à homogeneidade; a tolerância, o estabelecimento de uma estrutura de convivência entre vários grupos com base em regras advindas do espírito de indulgência e pela prática da moderação; diversidade de instituições sociais, isto é, igrejas, sindicatos, associações civis e empresas.

Desta forma, o pluralismo no direito visa compreender que o poder estatal não é a fonte exclusiva de produção do direito, abrindo espaço para a produção e aplicação normativa com foco na força e na legitimidade de um complexo e difuso sistema de poder, advindos da sociedade, que é composta de vários sujeitos, grupos sociais e coletividade.

Com base nisso, o pluralismo jurídico também se propõe a ser um constitucionalismo pluralista e emancipador, pois no momento em que uma constituição consagra e reafirma o pluralismo como um dos seus princípios fundamentais, está criando um projeto para uma sociedade intercultural (WOLKMER; FAGUNDES, 2011).

2.3 A questão da interculturalidade

Hodiernamente, existe a necessidade de uma mudança cultural, de consciência na forma de agir e pensar em face das transformações da humanidade, eis que a sociedade clama pela convivência, por uma relacionalidade intercultural em que permeia o respeito às diferenças, com destaque para a alteridade e a participação social, ou seja, lugar de origem do pluralismo.

O conceito de interculturalidade tem como premissa,

[...] indicar um conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade, ao contrário, fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos (FLEURI, 2005 apud VASCONCELOS, 2013).

Reforça esta ideia, o pensamento de Wolkmer (2006, p. 118) quando afirma que: “Em uma sociedade composta por comunidades e culturas diversas, o pluralismo fundado numa democracia expressa o reconhecimento dos valores coletivos materializados na dimensão cultural de cada grupo e de cada comunidade”.

Os indivíduos estão tendo mais interação uns com os outros e, em face desta aproximação, existe uma necessidade de ampliar e adequar a forma como os homens se comunicam, ou seja, a linguagem requer aprimoramento para melhorar a convivência. Neste prisma, a interculturalidade pressupõe o respeito pela diversidade, favorece a integração e a convivência dos indivíduos, que se estabeleça relação de respeito, diálogo e da assertividade. Deste modo, ela permite um olhar dinâmico das diferentes culturas, a credibilidade nas relações é valorizada pela comunicação, e isto permite a construção de uma abertura na condição de cidadão com a igualdade de direitos.

Wolkmer (2006, p. 117) assevera que:

Nessa perspectiva, o pluralismo comprometido com a alteridade e com a diversidade cultural projeta-se como instrumento contra-hegemônico, porquanto mobiliza concretamente a relação mais direta entre novos sujeitos sociais e poder institucional, favorecendo a radicalização de um processo comunitário participativo, definindo mecanismos plurais de exercício democrático e viabilizando cenários de reconhecimento e de afirmação de Direitos Humanos.

Com o reconhecimento das diferenças e a aceitação desta, cria-se espaço para que haja a adaptação e integração na convivência, isto pressupõe a igualdade entre todos inclusive os diferentes, em que a tolerância seja o embasamento das relações entre os homens e, em que os direitos humanos sejam redimensionados.

Esta compreensão dos direitos humanos, redefinindo-os e concretizando-os sob a perspectiva intercultural, fortalece o surgimento de novas concepções de cidadania e emancipação social. Neste sentido, leciona Piovesan (2009, p. 24), quando aduz que os direitos humanos tinham como tradição os direitos civis e políticos, no entanto, “[...] atualmente, a ampliação dessa agenda tradicional, que passa a incorporar novos direitos, com ênfase nos direitos econômicos, sociais e culturais [...]”

Para Lucas (2009, p. 101) os direitos humanos são considerados “patrimônio comum da humanidade” e, esta qualidade universal é condição para a constituição de um diálogo intercultural, em que as diferenças sobrevivam, produzindo o sentimento de pertencimento e de respeito às identidades, para a edificação de propostas de emancipação social.

2.4 A cidadania emergente

O movimento insurgente do novo constitucionalismo latino-americano é fruto de movimentos populares, o povo dizendo o que quer para si. Neste aspecto, leva-se em consideração as discussões, as elaborações e o papel das Assembleias Constituintes na formação de uma Constituição, pois a argumentação não é apenas a estratégia básica de se fazer ciência, é também ferramenta elementar de construção de processos emancipatórios, é onde a cidadania se faz presente, se efetiva.

Ao falar em cidadania é impossível fugir ao debate trazido por Marshall (1967, p.75), de acordo com esse clássico podemos pensá-la sempre aliada a existência de direitos: direitos civis, referentes ao século XVIII; direitos políticos, adquiridos no século XIX; e os sociais, conquistados no século XX. Então, sob essa ótica, cidadão é aquele que, em uma comunidade política, goza plenamente dos direitos civis (liberdades individuais), dos direitos políticos (participação) e dos direitos sociais, tais como, educação, saúde, moradia.

A visão de Marshall sobre cidadania, no entanto, recebe críticas pertinentes trazidas por autores contemporâneos, dando-se ênfase neste artigo às concepções de Décio Azevedo Marques de Saes e Adrian Gurza Lavalle. De acordo com Saes (2000, 10-11) a concepção de cidadania trazida por Marshall baseia-se em uma postura evolucionista, acreditando que a construção da cidadania se deu por meio de um processo de evolução institucional, que se caracteriza pela “fusão de instituições no plano geográfico e pela separação de instituições no plano funcional”, isso revela uma concepção linear do tempo, os direitos então, são sempre considerados como processos resultantes de revoluções burguesas, desconsiderando assim o

papel das lutas populares nesse processo, levando-o a uma concepção idílica sobre a da construção da cidadania.

Gurza Lavalle (2003, p.75-76) retoma as discussões feitas por Marshall sobre cidadania e a formação do Estado-nação, mas traz um elemento novo ao tratar da diferença. Na realidade atual as diferenças culturais aparecem como algo que deve ser incorporado à temática dos direitos e da cidadania. Citado autor defende a tese de que não existem empecilhos na assimilação política e institucional da diferença, mas o Estado não tem capacidade para universalizar benefícios, para ele existe “diferença sem equidade, quer dizer, a diversificação da substância da cidadania - reconhecimento dos reclamos da diferença - sem condições para avançar na universalização da equidade” (GURZA LAVALLE, 2003, p. 91).

O debate da diferença emerge em um contexto no qual a capacidade do Estado em garantir a igualdade está sendo colocada em “xeque”. Existe um paradoxo em que a diferença tem sido absorvida, mas ao lado dessa absorção existe a dificuldade prática de o Estado dar conta da igualdade.

Gurza Lavalle introduz essa discussão relacionando a questão cidadania e Estado-nação, ou seja, como que no processo de consolidação desse Estado desenvolveram-se duas perspectivas: a da subordinação e da incorporação ao mesmo tempo. A cidadania então é uma estratégia política que tende a incorporar sujeitos ou determinados aspectos culturais e subordinar por meio de um processo “seletor” que supostamente geraria a “igualdade”, essa subordinação então, nada mais é do que um instrumento do Estado (detentor do monopólio do poder).

O autor trabalha com dois Eixos para explicar as forças desestabilizadoras: o primeiro eixo refere-se à crise do Estado, ou seja, o movimento crescente em direção a igualdade pressupõe um poder do Estado, que seria capaz de atender às demandas e transformá-las em direitos na perspectiva da universalização, por isso o Estado de Bem-Estar Social fora tão singular na realidade capitalista (era um estado que estava economicamente preparado para atender as demandas).

Gurza Lavalle apresenta a ideia de que a partir da década de 1970 com a crise do Estado de Bem-Estar Social o Estado passa por uma crise fiscal, que existe até hoje e que afeta a capacidade do Estado em garantir igualdade de cidadania a todos. O segundo aspecto diz respeito às mudanças socioculturais e a diferenciação social, a emergência de identidades, aspecto que envolve temas como o pluralismo, política da diferença, diversidade cultural e novas identidades.

Compreendendo que na sociedade brasileira, por exemplo, existe uma matriz cultural predominantemente europeia que historicamente se impôs como dominante em relação a determinados grupos ou culturas, gerando uma relação de “dominantes e dominados”, é necessário, para a real efetivação da cidadania, o reconhecimento da diferença de forma positivada, transformando demandas plurais em direitos, possibilitando a redistribuição tanto econômica quanto social e a política de recursos.

A discussão a respeito da cidadania fundamentalmente inclui outro aspecto no campo de debates, o multiculturalismo de viés emancipatório, sobre o qual Santos (2004, p.10), lembrando conceitos de Edward Said (1994), escreve:

As versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum para além de diferenças de vários tipos. Estas concepções de multiculturalismo estão ligadas, geralmente, e como notou Edward Said, a <<espaços sobrepostos>> e <<histórias entrelaçadas>>, produtos das dinâmicas imperialistas, coloniais e pós-coloniais que puseram em contato metrópoles e territórios dominados, e criaram as condições históricas de diásporas e outras formas de mobilidade. A ideia de movimento, de articulação de diferenças, de emergência de configurações culturais baseadas em contribuições de experiências e de histórias distintas tem levado a explorar as possibilidades emancipatórias do multiculturalismo, alimentando debates e iniciativas sobre novas definições de direitos, de identidades, de justiça e de cidadania.

Importante lembrar que o processo de conquista da cidadania pelas minorias (de direito), se deu por meio de processos de resistência e luta que ocorreram a partir da tomada de consciência das diferenças e desigualdades. Munanga (2003, p.03) escreve sobre três tipos de identidades, com origens diferentes:

A identidade legitimadora, que é elaborada pelas instituições dominantes da sociedade, a fim de estender e racionalizar sua dominação sobre os atores sociais; A identidade de resistência, que é produzida pelos atores sociais que se encontram em posição ou condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante [...] A identidade-projeto quando os atores sociais com base no material cultural a sua disposição, constroem uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade, conseqüentemente se propõem em transformar o conjunto da estrutura social.

Quanto ao debate sobre cidadania é elementar trazer à tona os apontamentos de Pedro Demo, pois é com base na concepção desse autor que também se aborda a noção de cidadania.

Para esse educador é necessário desenvolver a noção política social do conhecimento, para que se possa concretizar os direitos e conquistar a efetiva cidadania. Por isso é preciso saber pensar a cidadania para que se possa aquilatar a relevância do saber

pensar para a conquista e efetivação da cidadania. Está em jogo o controle democrático, que só pode ser bem realizado por população que sabe argumentar (DEMO, 2005, p. 67).

Explorar a potencialidade pedagógica da autoridade do argumento, porque o acesso ao saber pensar poderia ser visto como ato pedagógico na construção da cidadania. Aprender a argumentar é saber arquitetar a democracia dos consensos possíveis e sempre abertos, à medida que aprendemos a modular a influência que não exija subordinação. Saber pensar a cidadania, esse é o grande desafio “Quem não sabe pensar acredita no que pensa. Quem sabe pensar questiona o que pensa” (DEMO, 2005, p. 69).

Constata-se que a força do conhecimento, no saber pensar não está apenas o lado formal, mas também o lado político. Por isso, o modo mais adequado de argumentar em favor da relação entre saber pensar e cidadania seria surpreender a dinâmica política dentro da própria dinâmica formal. Conhecer supõe sujeito, no gesto reconstrutivo típico do ser vivo que age de dentro para fora.

A teoria não acaba no gesto especulativo, contemplativo, metodológico, mas implica na intervenção de um cérebro que compreende de dentro para fora, na postura do observador ou do sujeito. Afirma Demo (2005, p. 82):

Cidadania não pode vir depois, em lugar especial ou concessivo, ou apenas tolerada e de acréscimo, mas como razão maior do ser. Saber pensar é de si, naturalmente por biologia e cultura, ato de cidadania, porque nele não apenas constatamos e afirmamos, mas, sobretudo nos fazemos.

A sociedade quer muito mais do que ser assistida, quer emancipação, autonomia e cidadania. A porta de entrada para o mundo desenvolvido é a do conhecimento e da educação, mas o conhecimento é fenômeno não linear.

Demo (2005) indica três etapas essenciais para a constituição da cidadania: a) espírito crítico, conhecer é questionar; b) organização coletiva, é preciso volume, dar respostas às grandes causas, fundar uma sociedade mais igualitária; c) projeto alternativo, visando o bem comum, colocado acima dos interesses privados e pessoais.

A cidadania aliada ao conhecimento e a aprendizagem é cidadania mais consistente, se alimenta instrumentalmente do que está mais próximo da autonomia humana, é capaz de elaboração e pesquisas próprias, sabe pensar. Para aprender é necessário pesquisar, elaborar, fundamentar, argumentar. “Hoje podemos afirmar: o direito de ser é antes de tudo o direito de aprender, e vice-versa” (DEMO, 2005, p. 93).

Com base nos ensinamentos de Demo (2005) percebe-se que em uma sociedade autoritária, prevalece o argumento de autoridade. Na sociedade democrática, é possível criar

espaços cada vez maiores de autoridade do argumento, em que se busca o questionamento que se aceita parceria, a parceria que não se entrega o consenso que incita a questionar e o questionamento que reconhece a necessidade de conviver. Argumento bem elaborado, convencer sem vencer (DEMO, 2005, p. 83).

Portanto, a efetiva cidadania se realiza por meio dos princípios da democracia, ela se forma a partir da criação de espaços sociais de luta, é a conquista e consolidação social e política.

3 AS CONSTITUIÇÕES LATINOS-AMERICANAS INOVADORAS

As Constituições da Bolívia, da Colômbia e do Equador já incorporaram o pluralismo jurídico e a questão da interculturalidade dos direitos humanos, eis que as Constituições desses países já tratam de problemas específicos de cada sociedade, é participativa na questão da economia e que busca a efetividade dos direitos de todos os cidadãos. Nelas também estão previstas instituições paralelas de controle com suporte na participação popular, no Equador conhecido como ‘Poder Cidadão’ ou ‘Quinto Poder’, com o objetivo de recompor a distribuição do poder público e fortalecer a organização popular.

A Constituição Equatoriana de 2008 estabelece um Estado plurinacional e intercultural. A questão da diversidade cultural é um dos pontos centrais que o constitucionalismo atual enfrenta. O desafio se origina de dois problemas teóricos e práticos, advindo da coexistência entre grupos humanos com diversas culturas no território de um mesmo Estado. Essa coexistência critica conceitos importantes como nação, cidadania, igualdade, sempre formados a partir de projetos de Estados nacionais.

Para Grijalva (2009, p. 115), “a diversidade cultural não é apenas um questionamento externo ao sistema de direitos que uma Constituição estabelece, mas sim que se assenta fortemente sobre vários desses mesmos direitos”.

Algumas Constituições europeias não reconhecem os direitos coletivos de identidade cultural das minorias, reconhecem apenas os direitos constitucionais individuais. A discussão sobre a plurinacionalidade já está ocorrendo em vários pontos do planeta (Suíça, Bélgica, Canadá, Bolívia, Espanha, Ásia e África), evidenciando o forte questionamento político e teórico da concepção liberal de uma só nação como realidade coincidente com um só Estado, e sugerindo diante dela a coexistência democrática de várias nações ou nacionalidades sob o marco de um mesmo Estado.

Neste diapasão, assevera Grijalva (2009, p. 117):

O constitucionalismo plurinacional é ou deve ser um tipo de constitucionalismo novo, baseado em relações interculturais igualitárias que redefinam e reinterpretam os direitos constitucionais, reestruturando a institucionalidade advinda do Estado nacional. O Estado plurinacional não é ou não deve reduzir-se a uma Constituição que inclua um reconhecimento puramente culturalista, às vezes apenas formal, por parte de um Estado, na verdade instrumentalizado para o domínio dos povos com culturas distintas, mas sim um sistema de foros de deliberação intercultural autenticamente democrática.

O constitucionalismo moderno, isto é, liberal clássico com base na igualdade formal perante a lei, no Estado nacional centralizado e na cidadania culturalmente homogênea, é fortemente questionado pelo próprio constitucionalismo sob o ponto de vista histórico e conceitual.

O primeiro questionamento do constitucionalismo moderno aparece com o Estado social e suas consequências, os direitos sociais e a concepção material do princípio da igualdade. O Estado social faz surgir o reconhecimento explícito das diferenças com o objetivo de atingir uma igualdade mais próxima da realidade, o que faz surgir também o olhar de sujeitos de direitos diferente dos individuais e de direitos distintos dos individuais.

Com o Estado social, os grupos e indivíduos concretos passam a requerer do Estado ações positivas para atingir essa igualdade real. O segundo ponto de discussão aparece na questão sobre federalismo, formas de descentralização do Estado e integração entre Estados. Em razão dessas questões que se apresentam, há a necessidade de ocorrer à discussão sobre esse novo constitucionalismo a partir do debate dialógico, concretizante e garantista. Diálogo, sob o ponto de vista da necessidade da comunicação e da deliberação constantes para que haja a familiaridade com o entendimento do outro, do diferente.⁴

Na esfera constitucional, naquilo que esteja relacionado aos direitos das nacionalidades, deve operar em termos interculturais. Concretizante, esse constitucionalismo

4 Wolton (2010, p. 17) destaca que cada indivíduo se comunica para compartilhar, trocar, é uma necessidade do ser humano. “Viver é se comunicar e realizar trocas com os outros do modo mais frequente e autêntico possível.” seduzir - inerente a todas as relações humanas e sociais; a convicção – ligada a todas as lógicas de argumentação utilizadas para responder e explicar a objeções. Abre-se uma fase de negociação na qual os atores tentam acordar. Chama-se de convivência, o resultado positivo dessa negociação. A negociação e a convivência são procedimentos para evitar a incomunicação e as suas consequências. Para que ocorra a comunicação é necessário tempo, respeito e confiança mútua. A tolerância é uma das condições essenciais no processo de comunicação. A concepção defendida pelo autor é humanista e política. Humanista por ter a troca como toda experiência humana e social. Política porque privilegia a negociação para se chegar a um acordo. A partir da necessidade de passar da ideia de compartilhamento à de negociação e coabitação, evidenciando o vínculo entre comunicação e democracia. “A comunicação resulta, na sua forma contemporânea, desta tripla revolução: liberdades humanas, modelos democráticos e progressos tecnológicos” (WOLTON, 2010, p. 24). Comunicação, convivência e laço social constituem a modernidade e outra visão de espaço-tempo. A comunicação reflete as necessidades da sociedade atual na qual se adere simultaneamente a valores opostos, isto é, liberdade e igualdade, abertura e identidade, globalização e localismo. A convivência é o símbolo de uma perspectiva normativa voltada para manter associados valores e dimensões contraditórias. Hoje é mais conviver e administrar discontinuidades.

deve procurar respostas e soluções específicas e ao mesmo tempo consistentes para as situações individuais e complexas. Além disso, essas soluções devem derivar em decisões generalizáveis para casos comparáveis. É o liame entre a norma e realidade social e cultura, a interpretação constitucional deve ser, ela mesma, intercultural e interdisciplinar.

Ao intérprete constitucional compete buscar o diálogo que possibilita compreender o ponto de vista de uma cultura distinta e principalmente ouvi-la, se valendo dos conceitos e da indagação empírica das ciências sociais, com destaque para a Antropologia Jurídica. Garantista, porque as soluções que surgem da deliberação em torno de problemas e soluções concretas devem ter como marco a compressão e vigência intercultural dos valores constitucionais institucionalizados dos direitos humanos (GRIJALVA, 2009).

Nessa direção os direitos constitucionais só podem ser compreendidos como complementares e de hierárquica idêntica. Direitos constitucionais como os de identidade individual e livre desenvolvimento da personalidade, religião, consciência ou expressão possuem uma nova dimensão, uma vez que os indivíduos incluídos só podem exercer tais direitos em relação ao próprio direito e à própria cultura, que operam como suas condições prévias. No entanto, esse direito à própria cultura não pode ser absoluto e desconhecer os mínimos ou núcleos essenciais interculturalmente definidos dos demais direitos constitucionais. Ou seja, o direito à identidade e à diferença cultural deve estar incluso no marco dos direitos humanos à medida que estes vão sendo delineados pelo Estado plurinacional.

No que se refere a plurinacionalidade e interculturalidade no Equador, por exemplo a Constituição de 1998 definia o Estado como pluricultural e multiétnico e estabelecia um rol extenso de direito coletivos e diversas referências às culturas indígenas nas questões como idiomas, saúde ou educação, que foram ampliadas e enriquecidas na Constituição de 2008.

Conforme destaca Grijalva (2009, p. 122):

A Constituição de 1998, não antecedeu nem sucedeu o desenvolvimento de um constitucionalismo plurinacional e intercultural, tampouco um processo de constitucionalização geral e efetivo. Nem os legisladores, nem o executivo, nem o Tribunal Constitucional e outras instituições públicas de defesa de direitos humanos assumiu efetivamente, em sua atividade, os princípios constitucionais de diversidade cultural e étnica.

Em face dessas limitações, fica evidente o risco para o Estado plurinacional e intercultural, a sua redução à dimensão nominal, a uma forma de retórica constitucional inoperante ou simplesmente legitimadora frente às instituições e à sociedade.

Nesse processo, a Constituição deve envolver atores sociais, políticos, institucionais e técnico-jurídicos. Verifica-se, neste aspecto, que o movimento indígena equatoriano está em busca, desde os anos 80, de uma definição dos povos como nacionalidade, e por consequência a necessidade de um Estado plurinacional, o que está relacionado com o reconhecimento da diversidade cultural que ganha espaço nas esferas institucional e política da estrutura do Estado.⁵

A Constituição Equatoriana de 2008 avança no que se referem aos direitos coletivos indígenas, alguns aspectos se destacam quanto à titularidade dos direitos coletivos, diz que são titulares as comunidades e nacionalidades indígenas, bem como o povo afroequatoriano e os povos costeiros. Denota-se a ampliação desses direitos, já que a Constituição Equatoriana de 1998 estabelecia que a titularidade desses direitos fosse dos povos indígenas e dos povos negros e afroequatorianos, naquilo que lhes for aplicável. Verifica-se que a classificação tradicional de direitos se elimina, dando maior visibilidade ao caráter complementar e a igualdade hierárquica de todos os direitos constitucionais. Não consta a divisão de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e passa a ser de forma temática, isto é, direitos de participação, direitos de liberdade, e outros. Os direitos coletivos são denominados como “direitos das comunidades, povos e nacionalidades”, sendo titulares desses direitos pessoas, comunidades, povos, nacionalidades e coletividade e que podem ser exigidos individualmente ou coletivamente. Essa universalização de capacidade de reivindicar direitos está em consonância com a regulamentação de garantias constitucionais da Constituição de 2008.

A Constituição da Bolívia também passa por um processo de mudanças, vivendo um tempo político emancipatório, no sentido de criar um direito a partir da realidade do povo. O artigo primeiro da Nova Constituição Política do Estado da Bolívia, define a nova organização territorial, estrutura as formas de economia, no aspecto político elege o ser humano como prioridade, na sua dimensão individual e coletiva.

De acordo com Chivi Vargas (2009, p. 160) a constitucionalização da realidade ocorre nos cenários políticos da seguinte forma: no cenário plurinacional, com a constitucionalização de formas de governo próprias, suas economias, sistema jurídicos,

⁵ Vale destacar o que estabelece a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, no seu artigo 9º “Os povos e as pessoas indígenas têm direito a pertencer a uma comunidade ou nação indígena, em conformidade com as tradições e os costumes da comunidade ou nação de que se trate.” Nenhuma discriminação pode resultar de qualquer tipo de exercício deste direito. Percebe-se que com a Constituição de 1998 várias leis deveriam ser criadas no que se refere a regulamentação do uso oficial dos idiomas indígenas, a coordenação das jurisdições indígenas com a estatal, a educação e a saúde intercultural e a regulamentação das jurisdições territoriais indígenas, mas o que se constata é que não houve muito avanço nessas áreas.

medicina, educação e cultura originária dos povos indígenas; no cenário comunitário, com a redistribuição da riqueza social do país, visando a construção de uma sociedade igualitária e com justiça social, traduzida no Bem Viver; a descolonização como fim fundamental do Estado em economia, política e sociedade; por fim a democracia igualitária, com vista à democracia participativa.

Portanto, a constitucionalização da realidade, a redistribuição da riqueza social entre os indivíduos que fazem parte da sociedade, a descolonização do Estado e da Sociedade, com base em uma democracia igualitária são eixos elementares que formam a Constituição da Bolívia.

Quanto a Constituição Brasileira de 1988, esta é reconhecida como uma Constituição cidadã, pois incorporou um rol significativo (e não exaustivo) de direitos humanos e introduziu novas formas de participação da sociedade na formulação e gestão de políticas sociais. Percebe-se que seguiu a tendência das constituições democráticas contemporâneas, segundo Häberle, (1997) é uma constituição aberta que demanda um esforço permanente de interpretação e integração por parte do jurista.

O Brasil, ao promulgar a Constituição Federal de 1988, fez a opção pelo Estado Democrático de Direito, estabelecendo a inclusão social, por meio da ampliação do rol de direitos e deveres dos cidadãos, uma de suas principais conquistas, que se traduzem em desafios a serem superados face à complexidade à sua efetivação.

O Estado de Direito trouxe à realidade a bandeira da igualdade. A história vem demonstrando, no entanto, que o reconhecimento formal dos direitos não implica, necessariamente, na sua efetivação. Há uma longa distância a ser percorrida para a sua concretização.

As reformas constitucionais ocorridas na América Latina a partir da década de 80 e durante os anos 90 introduziu cláusulas de reconhecimento dos direitos dos povos. Reconhece-se, também, que a partir dessas cláusulas nos textos constitucionais, os movimentos avançaram na maioria desses países, introduzindo mudanças que efetivamente respondessem às demandas de proteção dos direitos da diversidade dos povos que fazem parte do seu território.

Em razão disso, as Constituições latino-americanas da Colômbia, Bolívia, Equador, Peru e do Brasil introduziram em seus textos constitucionais alterações no que se refere aos aspectos do reconhecimento do caráter pluricultural da Nação e do Estado, tais como a oficialização de idiomas, a educação bilíngue, a proteção do meio ambiente, enfim, o reconhecimento e ampliação dos direitos dos povos, a exemplo dos indígenas.

No que diz respeito ao constitucionalismo na América Latina, a temática diversidade cultural é um grande desafio, em razão das características específicas dos povos que a integram. Vários Estados contemplam em suas Constituições o direito às diversidades culturais e à identidade, inserindo em seu conteúdo expressões culturais dos povos, como seus idiomas, territórios e sistemas de autoridade e normativos.

Reafirma-se, nestas considerações, que o momento histórico vivenciado pela humanidade, com destaque para América-Latina, desafia a construção uma nova ordem jurídico-política não necessariamente estatal, quiçá inter ou transconstitucional, dada a perspectiva de intensificação dos movimentos de integração regional, que reconheça a interculturalidade como elemento constitutivo da cena pública onde se explicitam, debatem e instituem direitos, mediante regras de um jogo de democracia real (e não meramente formal) no qual liberdade e justiça possam ser valores conciliáveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, percebe-se que os movimentos do constitucionalismo que ocorrem nos países sul-americanos objetivam quebrar com a lógica liberal-individualista das Constituições tradicionais. Esse movimento insere uma nova concepção de espaço público a partir das necessidades das minorias, costumeiramente desconsideradas historicamente dos processos decisórios. Sob o ponto de vista da filosofia jurídica essas novas Constituições são uma quebra de paradigma, rompe com o modelo eurocêntrico de pensar o Direito e o Estado para o continente, seu olhar volta-se para a reconfiguração das instituições, das ideias e dos instrumentos jurídicos em favor das culturas escondidas da sua própria história.

Nas últimas décadas o movimento político-jurídico nos países sul-americanos aponta para novas perspectivas, por meio do movimento denominado de constitucionalismo latino-americano, considerado como movimento transformador, inovador, insurgente, popular e participativo, que introduz e consolida princípios pontuados no pluralismo, na emancipação, na interculturalidade e no bem viver com dignidade.

O surgimento do novo constitucionalismo latino-americano ocorre da combinação de movimentos cívicos com propostas políticas adotadas pelos povos, em um quadro de conflitos sociais e políticos, razão pela qual também é chamado de constitucionalismo ‘sem pais’, já que somente o povo pode ser considerado o criador de uma Constituição, por meio dos mecanismos participativos e que legitima os processos constituintes.

Essas mudanças na história constitucional que tiveram momentos específicos chamados de constitucionalismo liberal, constitucionalismo democrático e constitucionalismo social e que se resumem na expressão Estado Social e Democrático de Direito, aparecem nos últimos anos na América Latina de forma renovada. O novo constitucionalismo, fruto das assembleias constituintes comprometidas com processos de reconfiguração social e política, aponta para um novo paradigma de Constituição, com força, original e vinculante, com participação direta do povo, o pressupõe a substituição do velho constitucionalismo.

A sociedade do século XXI, do mundo globalizado, está desafiada a repensar as grandes transformações havidas nos últimos tempos. Há um processo de desenvolvimento social que não atenta às necessidades de reflexão crítica dado ao perplexo envolvimento dos sujeitos à estrutura do mercado de produtos e concepções altamente influenciáveis por uma cultura hegemônica.

Esse contexto está sinalizando para as transformações mundiais, sendo necessária a reflexão, tendo em vista não ser mais possível o tratamento isoladamente, mas sim, de forma ampla considerando o momento vivenciado, a construção histórico-cultural do ser humano no mundo.

Contemporaneamente, inúmeros são os desafios que os homens precisam superar para que a sociedade seja mais humanitária: da sua avocação identitária e conhecimento de si, da comunicação no sentido de conviver, do respeito das diversidades sociais e culturais.

Estes reptos para serem alcançados requerem uma mudança de atitudes dos homens e pressupõem a importância da dimensão intercultural dos direitos humanos. Para isso é necessário resgatar a condição humana, importar-se e responsabilizar-se com a vida, com as relações que estabelece, com o outro e com a comunidade. Não pode existir a prevalência de um sobre o outro, deve consentir no acolhimento da ilimitada diversidade dos seres humanos, com suas histórias e culturas.

Constata-se que o novo modelo latino-americano é inovador, pois reconhece, por meio de suas características, a diversidade de identidades culturais e o protagonismo de atores sociais.

Considerando que a “identidade legitimadora” está associada à matriz dominante europeia, assim constituída no processo de construção histórica da América Latina, enquanto minorias de direito estiveram sempre associadas a “identidades de resistência”, é possível evidenciar que, sob a ótica do Novo Constitucionalismo latino-americano, a própria noção de cidadania mostra-se inovadora ao reconhecer o papel dos atores nas lutas sociais na conquista de direitos e na construção de uma cidadania emergente.

Este posicionamento proporciona uma redefinição dos direitos humanos e poderá ser alcançada por intermédio de uma nova postura a ser adotada nas relações sociais por meio do diálogo intercultural, eliminando as barreiras e diferenças entre os homens e estabelecendo uma nova relacionalidade, que seja emancipatória, cidadã e pluralista.

REFERÊNCIAS

CHIVI VARGAS, Idón Móises. **Constitucionalismo emancipatorio y desarrollo normativo** (desafíos de La Asamblea Legislativa Plurinacional), Bolívia, 2011.

_____. Os caminhos da descolonização na América Latina: os povos indígenas e o igualitarismo jurisdicional na Bolívia. In: **Povos indígenas: Constituições e reformas políticas na América Latina**. VERDUM, Ricardo. (Org.) Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesp, 2009.

CORTE CONSTITUCIONAL DE ECUADOR PARA EL PERÍODO DE TRANSICIÓN. El nuevo constitucionalismo em América Latina. 1. ed. Quito: Corte Constitucional del Ecuador, 2010.

DALMAU, Rubén Martínez. Asembleas constituintes e novo constitucionalismo em América Latina. **Tempo Exterior**. nº 17 (segunda época) – xullo/décembro, 2008.

DALMAU, Rubén Martínez (Entrevista). Folha de São Paulo, primeiro de março de 2009. In VIEIRA, José Ribas. **Refundar o Estado: o Novo Constitucionalismo Latino-Americano**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/24243799/UFRJ-Novo-Constitucionalismo-Latino-Americano>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

DEMO, Pedro. **Argumento de autoridade x autoridade do argumento: interfaces da cidadania e da epistemologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

GRIJALVA, Agustín. O Estado plurinacional e intercultural na Constituição equatoriana de 2008. In: VERDUM, Ricardo (Organizador). **Povos indígenas: Constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesp, 2009.

GURZA LAVALLE, Adrián. **Cidadania, igualdade e diferença**. Lua Nova (Impresso), São Paulo, v. 59, n. 59, p. 75-94, 2003.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional**: A sociedade aberta dos interpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1997.

LUCAS, Douglas Cesar. **Direitos humanos e interculturalidade**: um diálogo entre a igualdade e a diferença. Santo Ângelo, v.6, n.11, p.183-194, jul./dez. 2011.

_____. Multiculturalismo e o debate entre liberais e comunitaristas: em defesa da interculturalidade dos direitos humanos. **Revista Sequência**, Florianópolis/SC, n. 58, p. 101-130, jul. 2009.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Ação Educativa, ANPED. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica-SP. 2003. <<http://www.acaoeducativa.org/kabe.PDF>>. Acessado em: 08 mar. 2013.

PIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. In: **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo: SUR, n.1, 2004.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e capitalismo**: uma crítica à concepção liberal de cidadania. Instituto de Estudos Avançados – USP, São Paulo, Caderno nº 8, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado; MENESES, Maria Paula. "Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo", *In* Santos, Boaventura de Sousa (org.), **Semear outras soluções**. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Edições Afrontamento. 2004.

VASCONCELOS, Luciana Machado de. Interculturalidade. In: **Mais definições em trânsito**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/INTERCULTURALIDADE.pdf>>. Acesso em 25 out. 2013.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

_____. Pluralismo jurídico, direitos humanos e interculturalidade. **Revista Sequência**, Florianópolis/SC, n. 53, p. 113-128, dez 2006.

_____; FAGUNDES, Lucas Machado. Tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**. Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2011.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2010.